



FUNDAÇÃO AGA KHAN



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

VIDAS PLURAIS
ESTRATÉGIAS DE
INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES
AFRICANOS EM PORTUGAL

FERNANDO LUÍS MACHADO
CRISTINA ROLDÃO
ALEXANDRE SILVA

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXI



As opiniões expressas neste livro são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não necessariamente partilhadas pela Fundação Aga Khan e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

© 2011, Fundação Aga Khan e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Vidas Plurais. Estratégias de Integração de Imigrantes Africanos em Portugal*
Autores: Fernando Luís Machado, Cristina Roldão e Alexandre Silva
Fotografia: Fundação Aga Khan / Lucas Moura
Revisão: Tinta-da-china
Capa e composição: Tinta-da-china

1.ª edição: Dezembro de 2011
ISBN 978-989-671-108-5
Depósito Legal n.º ??????/11

ÍNDICE

Nota prévia	7
Prefácio	9
Apresentação	13

1. Estratégias de integração de imigrantes: como, quem, quando, como?	16
2. A imigração africana em Portugal: retrato panorâmico	32
3. Estratégias de integração de imigrantes africanos: uma investigação empírica	44
4. Empreendedorismo	54
5. Trabalho manual qualificado	68
6. Escolarização e formação profissional	80
7. Associativismo e mediação intercultural	98
8. Gestão da escassez	110
9. Dependência	128
Notas finais	141

RETRATOS	148
Empreendedorismo	151
<i>Aminata, Albassame e António</i>	
Trabalho manual qualificado	161
<i>Abdulai e Joaquim</i>	
Escolarização e formação profissional	167
<i>Rita, Gisela, Cadija, Mike e Neusa</i>	
Associativismo e mediação intercultural	181
<i>Daniel</i>	
Gestão da escassez	185
<i>Suleiman, Ana, Mateus e Armando</i>	
Dependência	197
<i>Cissé, Marta e Sandra</i>	

Referências bibliográficas	206
----------------------------------	-----



NOTA PRÉVIA

Em *Vidas Plurais* encontramos histórias únicas, construídas a cada instante e a cada escolha. Somos todos singulares pela pluralidade que nos estrutura. Pelos nossos afectos, pelas nossas decisões e acções, pelas nossas aspirações, pela multiplicidade de trajectórias e percursos.

No acto de desafiar alguém a contar-nos a sua vida está contido um reconhecimento da interpenetração entre o individual e o colectivo, num movimento dialéctico entre a singularidade e a pluralidade. É esta integração plena que faz com que os indivíduos sejam agentes activos do seu próprio desenvolvimento e, por essa via, protagonistas de uma permanente e dinâmica recriação da sociedade portuguesa, enquanto sociedade de acolhimento.

Ao promover este estudo sobre as estratégias de integração de imigrantes africanos em Portugal, pretendemos contribuir para aprofundar a reflexão, promover o debate alargado e a troca de experiências sobre esta realidade. É um repto que nos interpela a todos. Aqui, importa sublinhar o papel provocatório e transformador que a sociedade civil e, em particular, as Fundações, podem e devem chamar a si na procura de novos caminhos que contribuam para a construção de uma sociedade inclusiva. Por um lado, alertando para a necessidade de respostas para os diversos desafios que o processo de imigração exige, soluções essas também plurais e integradas. Por outro lado, ensaiando práticas inovadoras no terreno que sejam demonstrativas e polinizadoras de novas possibilidades de actuação nesta matéria.

Conhecer essa diversidade e os seus protagonistas, compreender como ela surge, que factores a geram, que circunstâncias sociais e decisões pessoais estão envolvidas, foi o objectivo deste estudo desenvolvido por Fernando Luís Machado, Cristina Roldão e Alexandre Silva, investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), com o contributo do fotógrafo Lucas Moura.

O K'CIDADE - Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, uma iniciativa da Fundação Aga Khan, em colaboração com a Fundação

Calouste Gulbenkian, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, entre outros parceiros, ofereceu o contexto onde os autores foram ao encontro dos imigrantes e das suas famílias, num esforço de dar voz e espaço àqueles que dificilmente conseguem usufruir dos benefícios da participação e da realização do seu potencial nas sociedades de origem, de trânsito ou de destino.

Já temos aqui [em Portugal] uma vida. Vamos ser (...) angolanos de verdade e portugueses de verdade. É com este apontamento biográfico de um dos protagonistas do estudo que vos convidamos a (re)conhecer os perfis de estratégias de integração e a explorar a vossa própria singularidade plural.

Nicholas Mckinlay
CEO
Fundação Aga Khan Portugal

Isabel Mota
Administradora
Fundação Calouste Gulbenkian

PREFÁCIO

O presente volume - com o sugestivo título *Vidas Plurais* - corresponde a um estudo promovido pela Fundação Aga Khan Portugal sobre a realidade da imigração oriunda de países africanos no nosso País. Este estudo foi levado a cabo por Fernando Luís Machado, Cristina Roldão e Alexandre Silva, investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), e é agora publicado pela Fundação Aga Khan em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao longo dos últimos anos, entre nós, são vários os estudos que têm tido por objecto os fluxos migratórios originários dos países africanos, muito em especial dos países de expressão oficial portuguesa. A especificidade do estudo ora divulgado consiste, por um lado, na metodologia seguida e, por outro, na solidez da construção conceptual sobre as estratégias de integração dos imigrantes africanos em Portugal.

Do ponto de vista da metodologia da investigação, os autores baseiam-se em casos concretos, profusamente documentados, colocando, assim, no centro da sua análise a «condição humana» dos próprios imigrantes, e estabelecendo desta forma a ligação demonstrativa entre o que são as realidades e as reacções pessoais dos imigrantes africanos em Portugal e o que são os perfis das (várias) estratégias de integração por eles prosseguidas no âmbito da sua inserção na sociedade portuguesa. Esta metodologia de investigação, centrada no testemunho dos próprios imigrantes, beneficiou, naturalmente, da experiência adquirida no quadro do programa K’CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, levado a cabo pela Fundação Aga Khan Portugal desde 2004 nos bairros da Alta de Lisboa, Ameixoeira, Vale de Chelas (concelho de Lisboa), Casal da Mira (concelho da Amadora) e Tapada das Mercês (concelho de Sintra).

Com efeito, como sublinham os autores, o complexo da integração dos imigrantes nos países de destino resulta quer de acções e comportamentos individuais, familiares e de grupo dos imigrantes, quer dos específicos

contextos económicos, sociais e institucionais envolventes. A interacção entre, por um lado, percepções e comportamentos de integração protagonizados pelos próprios imigrantes e, por outro, ambientes envolventes nas sociedades de acolhimento, determinados tanto pelas políticas públicas quanto pela presença e actuação de actores da sociedade civil, constitui o cerne da integração dos imigrantes nos países de destino e, conseqüentemente, essa interacção determina os resultados tanto na óptica daqueles que se pretendem integrar como na perspectiva das comunidades onde se vão inserir.

No específico caso dos imigrantes africanos em Portugal, constatamos um perfil de concentração territorial muito característico e um padrão dominante quanto à sua inserção social, qualificação escolar e profissional, escassa mobilidade social e particular vulnerabilidade às situações de crise económica e de potencial exclusão. Contudo, este estudo permite cotejar este padrão - dominante nas percepções que os cidadãos do país de destino têm quanto à imigração de origem africana - com a realidade, essa sim bastante mais plural e diversificada, da presença desses imigrantes em Portugal.

Por isso, os autores identificam seis estratégias de integração dos imigrantes africanos em Portugal, correspondendo essas diferentes estratégias a distintos tipos e modos de comportamento dos imigrantes e a diferentes formas de obstáculos, riscos e vulnerabilidades com que se defrontam no quotidiano da sua vida entre nós. As seis estratégias de integração identificadas - empreendedorismo, trabalho manual qualificado, escolarização e formação profissional, associativismo e mediação intercultural, gestão da escassez e dependência - revelam uma pluralidade de atitudes e de situações que não podem deixar de ser levadas em consideração e incorporadas tanto nas políticas públicas de integração quanto na forma de actuação das entidades da sociedade civil, em especial das fundações que se encontram profundamente envolvidas com programas de integração dos imigrantes no terreno.

Da minha leitura deste estudo resulta, desde logo, a convicção de que não há uma via única na integração dos imigrantes nas sociedades de destino. A pluralidade de comportamentos e atitudes dos imigrantes perante os desafios da integração implica que se reconheça que alguns dos caminhos possíveis propiciam uma integração harmoniosa na sociedade de acolhimento e que outros, pelo contrário, acabam por conduzir a situações que potenciam as tensões sociais ou os conflitos racionais, culturais ou religiosos. De igual modo, as atitudes e os comportamentos dos cidadãos e dos responsáveis dos países de destino perante a imigração (neste conceito se incluindo, também, a imagem - muitas vezes estereotipada - que os *media* dão dos

imigrantes) revelam o potencial de aprofundar estratégias de actuação dos imigrantes favoráveis a uma tal integração harmoniosa ou, pelo contrário, ao desenvolvimento de atitudes e reacções de apartamento e fechamento das comunidades de imigrantes sobre si próprias.

O que significa que, do ponto de vista dos resultados, o «processo de integração» dos imigrantes, desenvolvido ao longo do tempo, é tão exigente para os próprios quanto para as sociedades de acolhimento. Só que as regras adoptadas e as condutas das instituições e dos protagonistas do país de destino têm o potencial de tornar mais fácil - ou mais difícil... - o esforço de integração que impende sobre os mesmos imigrantes.

Logo, o estudo ora publicado tem precisamente o valor acrescentado de, através da sistematização das várias estratégias de integração, não apenas retratar o que é a realidade das atitudes individuais, familiares e colectivas dos imigrantes oriundos dos países africanos em Portugal, mas, também, permitir a identificação dos pontos de estrangulamento e das vulnerabilidades dessas estratégias de integração a que importa responder por iniciativa e responsabilidade das entidades do país de destino.

Neste contexto, como seria, aliás, de esperar, a imigração africana em Portugal é predominantemente lusófona e, por isso, a questão da língua não representa, em princípio, à partida, um obstáculo relevante à integração. Sem embargo, existem imigrantes africanos que não têm o português como língua veicular e, nessa dimensão, a questão da aprendizagem da língua constitui indubitavelmente um elemento essencial de integração. Contudo, como o estudo sublinha, mesmo para os imigrantes africanos oriundos dos países lusófonos, é muito variado o grau de conhecimento da língua portuguesa e a sua integração defronta-se com obstáculos decorrentes da diferenciação dos sistemas de ensino e de formação e qualificação profissional dos respectivos países de origem, obstáculos esses que se podem mostrar bem mais relevantes do que a tradicional «barreira da língua».

Do mesmo modo, o estudo sublinha, com inteira razão, que a compreensão dos processos de integração, partindo do indivíduo/imigrante, tem de o situar no quadro da família, do colectivo que, com ele, partilha o mesmo país de origem e, ainda, do tipo de relacionamento que mantém com o país e até o local de onde provém. Este esforço de compreensão do «imigrante situado» é particularmente relevante na conformação das diferentes estratégias de integração, desde os comportamentos de entreatura até às formas de associativismo em função de traços identitários (local de origem, confissão religiosa, comunidade de interesses culturais).

Este estudo tem ainda o inestimável valor de nos apresentar um «fresco» da imigração africana na primeira pessoa, com base nos testemunhos pessoais e no relato das «histórias de vida» dos imigrantes africanos que participaram nos trabalhos de campo desta investigação. Neste plano, os autores fornecem-nos um material de grande valor, que permite aos leitores avaliarem o fundamento da sua construção conceptual à luz dos próprios testemunhos que estiveram na base do labor investigatório.

A inclusão dos denominados «retratos sociológicos» apresenta uma riqueza que vai muito além da sua função como material de base da própria investigação. Com efeito, como sublinham diversos inquéritos de opinião nos países de acolhimento, as percepções que os cidadãos dos países de destino têm da realidade da imigração assentam, em regra, num profundo desconhecimento dessa mesma realidade e num conjunto de ideias feitas e de preconceitos que, quando confrontados com os dados factuais da imigração, mostram o desfasamento entre aquelas percepções e o significado real da imigração. O caso português não é excepção.

Assim, o conhecimento quer da dimensão profundamente humana da imigração, quer da tensão identitária dos imigrantes no modo como lidam com a sociedade de acolhimento, quer ainda da forma como as atitudes e os comportamentos dos cidadãos dos países de destino podem condicionar e determinar os processos de integração dos imigrantes constitui um elemento essencial para a completa e cabal compreensão do significado actual da imigração nos países europeus.

Vistas as coisas neste plano, o trabalho que ora se publica vem acrescentar ao estudo, ao debate e à reflexão sobre a imigração em Portugal uma inestimável componente humana, sem a qual não é possível compreender, nas suas diferentes dimensões, a imigração oriunda dos países africanos para Portugal e o seu papel presente e potencial futuro no nosso País.

António Vitorino

APRESENTAÇÃO

Este livro resulta de uma pesquisa sociológica que realizámos em bairros da região de Lisboa, a pedido da Fundação Aga Khan Portugal, entre finais de 2009 e finais de 2010. A Fundação queria saber mais sobre os imigrantes africanos que vivem em Portugal nos bairros onde o K’CIDADE — Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano tem vindo a ser desenvolvido desde 2004: Alta de Lisboa e Ameixoeira, no concelho de Lisboa, e Tapada das Mercês, no concelho de Sintra.

Em conjunto com os responsáveis da Fundação, encontrámos o ângulo de observação que interessava explorar no estudo. Tratava-se de conhecer, através de casos concretos, os modos como os imigrantes lidam com a sociedade portuguesa, os caminhos que procuram e encontram nela. Chamámos a esses caminhos «estratégias de integração». Temos a convicção sociológica de que na construção desses caminhos pesam, por um lado, as acções individuais, familiares e colectivas dos imigrantes e, por outro lado, os contextos económicos, sociais e institucionais com que eles se deparam. As acções dos imigrantes podem ser-lhes benéficas ou prejudiciais e os contextos onde se movimentam impõem-lhes constrangimentos, mas também proporcionam oportunidades.

Sabemos que a grande maioria dos imigrantes laborais africanos tem recursos limitados, em termos de rendimentos, escolaridade e qualificações profissionais. Sabemos que é uma população que vive com dificuldades, que não tem conhecido grande mobilidade social desde que está em Portugal e que essas dificuldades se agravam em fases de crise económica e de desemprego, como a actual, que a todos afecta. Mas também sabemos que as situações sociais, profissionais, familiares desses imigrantes são mais plurais do que se julga e quisemos identificar essa pluralidade, perceber como ela se constitui, descrevê-la adequadamente.

Foi assim que chegámos às seis estratégias de integração apresentadas neste livro. Há imigrantes que apostam no trabalho por conta

própria ou em microempresas, outros em competências de trabalho manual qualificado, outros na escolarização e na formação profissional, outros ainda no associativismo profissionalizado. Todos eles procuram, por essas vias, atingir condições sociais de melhor qualidade e dignidade. Mas as estratégias de integração nem sempre são bem-sucedidas e muitos imigrantes, devido a razões estruturais e circunstâncias pessoais desfavoráveis, limitam-se a gerir um quotidiano de escassez permanente ou ficam na dependência do Estado, de instituições de solidariedade e de familiares.

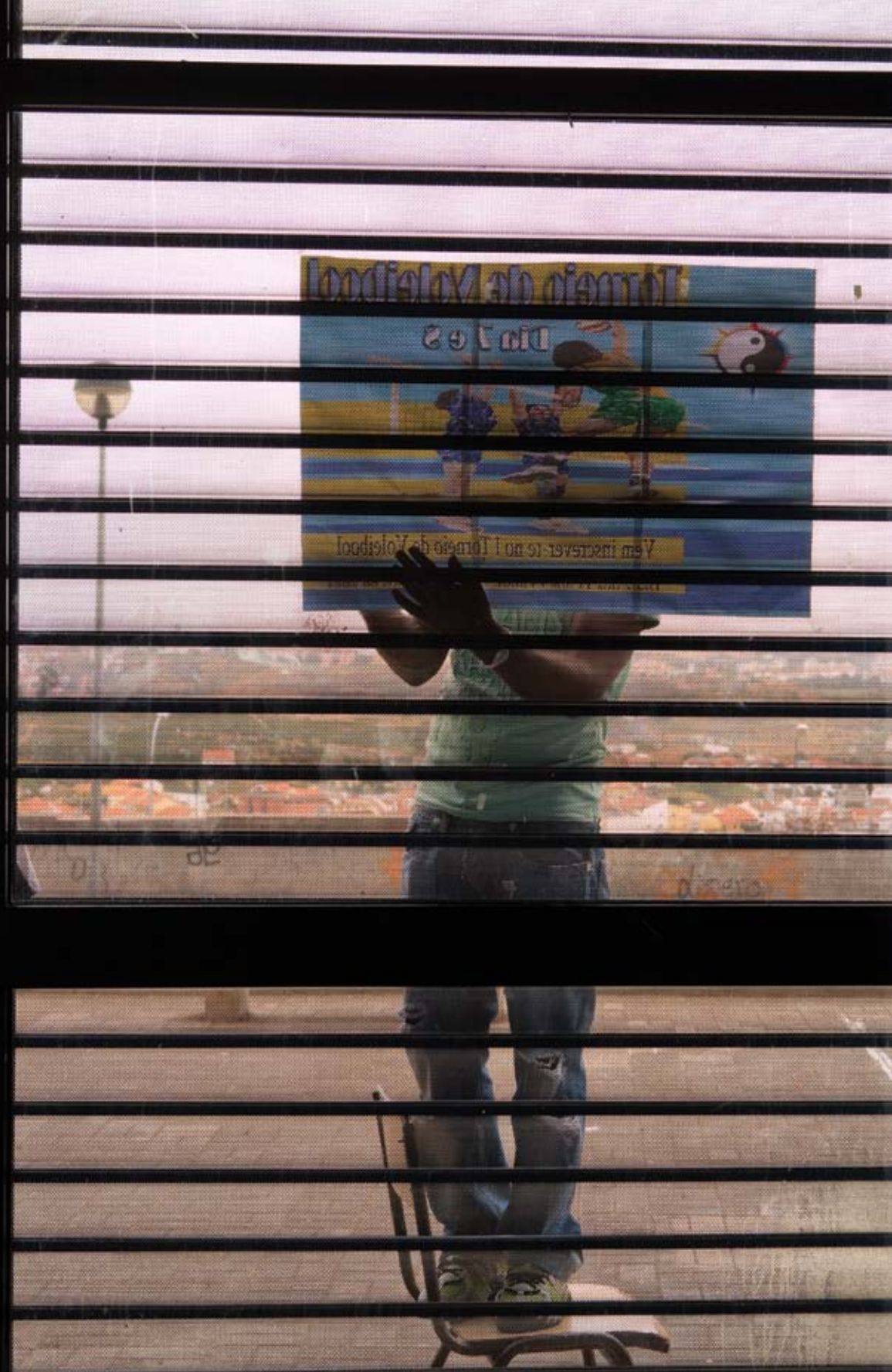
As seis estratégias — empreendedorismo, trabalho manual qualificado, escolarização e formação profissional, associativismo e mediação intercultural, gestão da escassez e dependência — são apresentadas sequencialmente nos capítulos 4 a 9. Nos capítulos anteriores, definimos o quem, o como, o quando e o onde dessas estratégias de integração (capítulo 1), fazemos um retrato panorâmico da imigração africana em Portugal (capítulo 2) e explicamos como se procedeu à pesquisa e quem são os imigrantes entrevistados (capítulo 3). Nas notas finais fazemos a síntese integrada dos resultados da pesquisa. Fecham o livro, em anexo, 18 retratos sociológicos dos 20 imigrantes entrevistados.

Este é um livro feito por sociólogos, no qual se utilizaram rigorosamente os instrumentos teóricos e metodológicos próprios da sociologia, e onde se procurou, ao mesmo tempo, um registo de escrita ajustado a um público não especializado. Esperamos tê-lo conseguido. É também um livro que conta com outro meio de comunicação, para além das palavras. As fotografias de Lucas Moura, que despendeu muitas horas a chegar às pessoas e a acompanhá-las em contextos do quotidiano, dão rosto aos imigrantes e corpo aos lugares onde eles circulam, o que complementa o texto e enriquece o livro.

A pesquisa que deu origem a este livro não teria sido possível sem os contributos de várias pessoas, que queremos deixar mencionadas e a quem queremos agradecer publicamente. Em primeiro lugar, Maria João Marques e Nicholas McKinlay, da Fundação Aga Khan Portugal, pelo convite que nos fizeram, mas mais ainda pelas suas ideias e sugestões, que contribuíram para a definição do fio condutor da pesquisa. Depois, aos técnicos das equipas do K'CIDADE presentes nos territórios de intervenção, que nos ajudaram a chegar aos locais e às pessoas certas. Por fim, aos 20 imigrantes entrevistados, que se dispuseram a falar-nos longamente acerca das suas vidas e se ofereceram para ser fotografados, em casa,

nos locais de trabalho, nos bairros. O seu contributo foi fundamental e, ao fim de meses de pesquisa, realização de entrevistas, leitura e tratamento das mesmas e de escrita demorada do livro, eles ficaram a fazer parte também das nossas vidas.

1. ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: COMO, QUEM, QUANDO, ONDE?





ESTRUTURA E ACÇÃO

Como se integram os imigrantes nas sociedades de acolhimento? Falamos dos estrangeiros com poucos recursos económicos, escolares e profissionais, que procuram em sociedades de destino mais desenvolvidas melhores oportunidades e condições de vida, aqueles a quem habitualmente se chama imigrantes laborais ou imigrantes económicos.

O que fazem para atingirem esses objectivos de promoção pessoal e familiar? Que estratégias põem em prática? Que condições e factores encontram nas sociedades de destino que favoreçam ou dificultem essas estratégias? Que decisões tomam ou deixam de tomar no curso da sua vida nessas sociedades e quais as consequências que delas decorrem? Que margem de autonomia têm para tomar essas decisões? O que é que nas suas estratégias existe de proactividade, cálculo e conhecimento fundamentado do meio onde se movem e o que há nelas de inconsciente, de passivo e de falta de informação?

As estratégias de integração dos imigrantes são os modos como eles lidam com as sociedades de acolhimento, os modos como se ajustam a elas. Essas estratégias resultam da combinação de duas ordens de factores. Por um lado, as orientações culturais, os cálculos e as acções dos imigrantes. Por outro lado, as circunstâncias que socialmente se lhes colocam, como a qualquer outro indivíduo.

Na definição do conceito de estratégias de integração assumimos dois pressupostos analíticos que encontram pleno fundamento no conhecimento teórico e empírico disponível na sociologia em geral e nos estudos sobre migrações e migrantes, por extensão.

O primeiro é o de que os imigrantes, como quaisquer outras pessoas, têm capacidades de decisão e acção, de escolha. É claro que nenhum imigrante, por mais clarividente e bem informado que seja sobre a sociedade onde se encontra, tem o poder de garantir que a sua estratégia de integração pessoal será bem-sucedida. Os imigrantes agem num quadro de

condições estruturais que se lhes impõe, condições que até podem ser mais constrangedoras para eles devido à discriminação de que são alvo em várias situações, devido à condição de estrangeiros, à pertença étnica, à diferença racial. Mas aquilo que acontece na sua vida não é alheio às decisões que tomam e acções que praticam. Por outras palavras, os imigrantes têm, como quaisquer outros actores sociais, campos de possibilidades, em que as suas decisões e acções podem fazer a diferença.

A incontornável dimensão estrutural da vida social é feita de constrangimentos, mas também de oportunidades*. Um bom exemplo disso é a própria migração. Exceptuando as migrações forçadas, migrar é uma decisão tomada dentro de um determinado quadro de constrangimentos e oportunidades que muda o campo de possibilidades de quem migra. Enquanto certas pessoas migram, outras, nas mesmas circunstâncias, com o mesmo perfil e origem e até da mesma família, decidem não migrar ou nem sequer essa possibilidade se lhes coloca. Outro exemplo é o do imigrante que decide estudar à noite para aumentar a probabilidade de sucesso no mercado de trabalho e melhorar o seu nível de vida, enquanto outro, com o mesmo tempo disponível, idêntico acesso a sistemas de formação e tendo as mesmas circunstâncias pessoais, familiares e profissionais, não faz essa escolha.

Em sociedades muito complexas e diferenciadas como aquelas em que vivemos, o campo de possibilidades dos migrantes tende a mudar no tempo, acompanhando a mudança que também ocorre no balanço entre constrangimentos e oportunidades na sociedade em geral. Pode mudar o estado do mercado de trabalho, podem mudar as políticas de imigração, podem mudar as atitudes da população receptora, e todas essas mudanças influenciam directamente o campo de possibilidades dos migrantes.

O segundo pressuposto analítico é o de que os imigrantes laborais não constituem uma massa indiferenciada inserida da mesma maneira na sociedade de acolhimento. É um facto que eles se situam num mesmo patamar, a parte baixa da estratificação social, caracterizado pela escassez de recursos socioeconómicos. Muitos imigrantes laborais, aliás, vivem abaixo dos limiares de pobreza das respectivas sociedades receptoras. Mas há diferenças de grau. Uns têm mais competências pessoais do que outros; uns possuem saberes manuais especializados com um valor próprio no mercado

* Para uma análise de estruturas sociais como constrangimento e oportunidade, ver Anthony Giddens, *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta, 2000. Outra interpretação teórica de referência sobre as relações entre estruturas e práticas sociais é a de Pierre Bourdieu, *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Oeiras, Celta, 2002.

de trabalho, outros não; uns têm redes de contactos pessoais mais amplas, mais capital social, outros têm menos. E há também diferenças nas orientações de acção, nas disposições para agir de uma ou outra maneira perante as mesmas circunstâncias sociais*.

Apesar de fazerem parte da mesma categoria social de base, os imigrantes laborais são, portanto, diferentes entre si nas estratégias de integração que põem em prática. Alguns apostam no trabalho por conta própria, outros em competências de trabalho manual qualificado, outros na escolarização ou na formação profissional, outros ainda no associativismo, todos eles procurando alcançar uma situação social de melhor qualidade e dignidade. Mas também há imigrantes em circunstâncias muito precárias, de difícil superação, devido a factores estruturais e pessoais fortemente desfavoráveis.

RECURSOS E SENTIDOS PARA AGIR

O que é que os imigrantes investem nas suas estratégias pessoais de integração? O que é que se joga ao nível da acção individual? O que é que, nesse plano individual, potencia a sua integração e o que é que a limita? Muitos imigrantes são portadores de saberes e competências pessoais, sociais e profissionais, e de alguns recursos materiais, que, em condições de acolhimento não adversas, potenciam estratégias de integração bem-sucedidas. Quando esses saberes, competências e recursos são muito escassos ou inexistentes, a integração dos imigrantes será mais problemática, mesmo quando são bem acolhidos pela sociedade que os recebe.

De que saberes, competências e recursos falamos?

Falamos de competências da esfera pessoal, onde se incluem o conhecimento prático sobre a sociedade de destino, o domínio da língua aí falada e a familiaridade com a respectiva cultura, mas também a apresentação pessoal e a capacidade de relacionamento com os outros; de competências de organização individual e familiar, desde a gestão das relações intergeracionais à gestão do orçamento doméstico, passando pelo planeamento familiar; de competências de trabalho manual especializado, que asseguram mais oportunidades no mercado de trabalho, para lá dos empregos

* Sobre a variedade das disposições de acção de pessoas em condições sociais semelhantes, ver Bernard Lahire, *O Homem Plural*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003.

precários e indiferenciados; de saberes propícios ao trabalho por conta própria ou a actividades empresariais de pequena escala. Falamos também de saberes relacionais, da capacidade de estabelecer e de se inserirem em redes de relacionamento duradouras, geradoras de um capital social positivo, de que uma expressão formalizada é a constituição e participação em associações. E também da posse de capital social externo, o capital gerado não pelo relacionamento com outros imigrantes, mas pelo relacionamento com autóctones, capital esse que facilita a integração e que pode até ser o factor que, em primeira instância, possibilita a migração. E falamos, é claro, dos recursos económicos e escolares, que não são abundantes, mas podem ser geridos de modo mais ou menos favorável à integração. Os imigrantes podem ou não tentar adquirir mais escolaridade ou formação profissional e podem gerir de maneira mais ou menos conscienciosa os rendimentos de que dispõem.

Além de saberes, competências e recursos económicos e escolares, os imigrantes são portadores de disposições para a acção que em muitos casos favorecem a integração, mas noutros a limitam. Há imigrantes com orientações de acção favoráveis ao pequeno empreendedorismo, à aquisição de formação escolar ou profissional, ao envolvimento associativo, à promoção social dos seus descendentes, estratégias que aumentam as probabilidades de uma boa integração. Outros imigrantes, com as mesmas condições na sociedade de destino, não têm a mesma proactividade, porque foram socializados de maneira diferente, porque são menos autónomos ou porque não dispõem dos saberes e competências mínimos para que essa proactividade chegue a constituir-se.

SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO: CONSTRANGIMENTOS E OPORTUNIDADES

As estratégias de integração dos imigrantes não dependem, como se disse, apenas das suas decisões e acções individuais, apoiadas em saberes, competências, recursos e orientações de acção. O outro lado das estratégias de integração é o que tem que ver com as sociedades de acolhimento e o que elas, na sua configuração estrutural, impõem como constrangimentos e oferecem como oportunidades.

O que impõem e o que oferecem?

Em primeiro lugar, destacamos as políticas públicas, sejam as políticas que regulam os fluxos migratórios e as medidas especificamente dedicadas aos imigrantes, sejam as políticas em geral relativas ao emprego, saúde, educação, protecção social, sejam ainda as políticas de acesso à nacionalidade e à cidadania.

Embora as migrações laborais correspondam a uma necessidade das economias das sociedades receptoras, onde escasseia mão-de-obra para certos sectores do mercado de trabalho, a qual só pode ser encontrada no exterior, a regulação política nem sempre reconhece e acompanha adequadamente esse princípio de necessidade económica. Os quadros de regulação política variam com os países e as conjunturas e podem ser mais ou menos favoráveis à integração dos imigrantes. Desde logo, no que se refere aos regimes de entrada no país de acolhimento, que podem ser claros e organizados, mas também vagos ou omissos, deixando que se instalem modos de entrada informais e subterrâneos prejudiciais aos imigrantes e às próprias sociedades de acolhimento. As políticas de emprego, educação, saúde, segurança social, por sua vez, podem ser mais ou menos inclusivas, e isso faz, obviamente, toda a diferença.

Outra dimensão fundamental, tratando-se de migrações laborais, é o mercado de trabalho. Tem consequências diferentes para a integração dos imigrantes o facto de eles acederem aos segmentos mais estáveis e qualificados ou, pelo contrário, ficarem confinados aos piores empregos; é diferente terem, a médio prazo, oportunidades de mobilidade ascendente por via profissional ou haver tectos invisíveis acima dos quais não passam; é um factor desfavorável que, em contextos de crescimento do desemprego, os imigrantes sejam mais atingidos do que os trabalhadores autóctones; é um factor favorável que o mercado de trabalho esteja aberto ao empreendedorismo imigrante.

Com implicações no mercado de trabalho, mas consequências a vários outros níveis, mencione-se, em terceiro lugar, a existência ou não de sistemas de formação e escolarização de adultos que os imigrantes possam frequentar, para deste modo melhorarem as suas competências e oportunidades de vida. Trata-se, no fundo, de eles ficarem dentro ou fora da sociedade do conhecimento que caracteriza hoje os países receptores mais desenvolvidos.

Um quarto factor estrutural importante para as estratégias de integração dos imigrantes é a atitude com que se deparam por parte da população receptora. Com níveis de generalidade e de gravidade diferentes, consoante

os países, os meios sociais, os grupos em questão e as conjunturas políticas, económicas e culturais, é sabido que os imigrantes são vítimas de preconceito e discriminação. O preconceito e a discriminação podem estar inscritos nas próprias políticas, fazendo-se sentir no mercado de trabalho e em vários outros contextos quotidianos. Por vezes, coexistem com a percepção pública da indispensabilidade dos imigrantes para o funcionamento da economia ou para o equilíbrio demográfico, mas não deixam de constituir um elemento adverso à sua integração. Num ambiente hostil, é difícil os imigrantes encontrarem o seu lugar na sociedade de acolhimento.

Em sentido contrário, a sociedade receptora também pode ser amigável e revelar boa capacidade de acolhimento. Ou porque há políticas activas de atracção de imigrantes legitimadas pela opinião pública, ou porque são sociedades historicamente constituídas por imigrantes e conhecedoras do seu contributo, ou por ambas as razões. A boa receptividade por parte dos autóctones e os laços de interconhecimento e de amizade estabelecidos com os imigrantes — no trabalho, no bairro, na escola — facilitam a integração. De igual modo, são elementos facilitadores as instituições da sociedade civil, ONG, fundações e instituições religiosas que ajudam a acolher e a integrar os imigrantes.

FAMÍLIA: LAÇOS QUE APOIAM E AMARRAM

Os protagonistas das estratégias de integração são indivíduos, mas também famílias. Mesmo quando a migração é individual, temporária ou permanentemente, há uma família por trás, associada a essa decisão e movimento a solo. As famílias mobilizam-se com frequência para custear as despesas associadas à migração e constituem, nessa medida, um recurso para os candidatos à migração; em sentido inverso, são destinatárias e gestoras das remessas que os que migram enviam para casa.

Durante a migração, a unidade familiar continua a ser fundamental. Por isso, é indispensável incluí-la analiticamente no estudo das estratégias de integração dos imigrantes. Falamos da família no sentido nuclear, pais e filhos, mas também em sentido alargado, incluindo avós, tios, irmãos, primos, cunhados e cunhadas, padrastos ou madrastas, que podem desempenhar papéis de substituição e outros igualmente relevantes.

As dinâmicas intergeracionais das famílias têm uma importância particular nas populações migrantes. Sabe-se, por exemplo, que há diferenças mais ou menos profundas de perfis sociais, valores e identidades entre os imigrantes propriamente ditos e os seus descendentes, diferenças que serão mais ou menos bem absorvidas pelas famílias. Sabe-se também que a formação de uma geração de descendentes é um dos factores que contribuem mais decisivamente para a sedentarização das famílias migrantes. Outro exemplo de dinâmicas familiares intergeracionais associadas às migrações é o das fratrias cortadas ao meio: de um lado os irmãos que ficam no país de origem a cargo de familiares, do outro os que acompanham os pais ou nascem no país de destino. Filhos do mesmo pai e mãe, ou pelo menos do mesmo pai ou da mesma mãe, essas crianças e jovens tenderão a seguir destinos pessoais muito diferentes se os seus trajectos permanecerem separados, o que acontece com alguma frequência.

No decurso da estadia nas sociedades de destino, as famílias constituem recursos e representam oportunidades para cada imigrante individualmente considerado. Podem desempenhar um papel importante no empreendedorismo económico, o qual, em algumas populações migrantes, é particularmente expressivo; podem incutir nos mais novos orientações de acção mais resilientes e proactivas, ajustadas a objectivos de promoção social através da escolarização ou do trabalho independente; constituem um espaço de entreajuda na gestão do quotidiano e uma base de apoio material para os que não dispõem de rendimentos próprios; e são, claro, redes de suporte afectivo e emocional, que mitigam as adversidades que os imigrantes podem experimentar em certos momentos do seu percurso.

Mas as famílias não representam sempre um recurso e uma oportunidade. Também podem constituir um obstáculo, por vezes quase intransponível, a uma estratégia bem-sucedida de integração individual. As estratégias de integração podem ser traçadas e vividas em família, mas também há estratégias individuais divergentes das familiares. Alguns filhos, e mais ainda filhas, de imigrantes vivem essa experiência relativamente aos pais, assim como a vivem aquelas mulheres impedidas pelos maridos de trabalharem fora de casa ou de continuarem a estudar. Este é o lado sombrio das famílias em contexto migratório. Quando os valores culturais prevaletentes na sociedade de acolhimento forem favoráveis à liberdade individual, e são-no em muitos casos, eles podem ajudar os imigrantes que, na sua estratégia de integração, estejam em divergência com as normas familiares.



mesmo expostas assim mesmo à volta de um espaço e esse espaço era comum.» Cissé frequentava na altura uma escola que tinha sido inaugurada naquele ano. No final do ano lectivo, foi levado pelo PAIGC para continuar os estudos em instalações do partido, em regime de internato, onde vivia com outros alunos e com os guerrilheiros. «Só que não foi fácil, era, aquilo era nas matas, não tínhamos local certo. (...) porque às vezes, os... os inimigos, a tropa colonial na altura tinha os seus agentes e às vezes descobria a localização das barracas do guerrilheiros... e bombardeavam. (...) Um dia era só, bom, hoje vamos mudar de sítio para um sítio que nós nem sabíamos.» Como havia poucos recursos, os jovens tinham de procurar alimento. «Praticamente cada um de nós procurava nas matas, pronto, o que aparecia, não é? Desde tubérculos até frutas.» No 3.º ano voltou a mudar de escola e foi para Conakry, onde estava uma das sedes do PAIGC. Estudou lá até ao 6.º ano e, com 15 anos, foi enviado para uma base militar na ex-URSS, actual Quirguistão, onde ficou até 1975, com uma bolsa de estudo. «Estivemos num colégio (...). Portanto o colégio tem... tem casas para estudantes, mesmo dentro do colégio, portanto vivíamos ali. Vivíamos e estudávamos dentro de uma base. (...) Quando voltámos, directamente, em vez de Conakry, fomos para Bissau (...) como novo ramo das Forças Armadas, e nós éramos os primeiros elementos.»

Entre 1975 e 1998 desempenhou várias funções, integrou missões da ONU, em Moçambique, e fez duas formações nos E.U.A., em inglês e depois em administração. De 1982 a 1987 voltou à URSS, onde fez um curso de especialização militar. Desempenhou dois cargos principais, chefe de um grupo de manutenção a partir do final dos anos 80 até 1993 e, a partir daí e até 1998, ocupou um cargo de gestão de topo num

dos ramos das Forças Armadas. «Para além das funções que eu desempenhava, eu ensinei, dei aulas de inglês para os oficiais.»

Teve três filhos com a mulher que conheceu e com quem casou em 1993. Até essa data vivia na base militar, mas depois do casamento alugou uma casa em Bissau. A mulher era contabilista no Ministério das Finanças e tinham uma situação económica «razoável». Foi progredindo na carreira militar até chegar a major. A mulher teve de vir para Portugal, em 1996, por motivos de saúde. Na sequência do golpe militar de 1998, Cissé viu-se envolvido no conflito que se seguiu. A sua carreira militar acabou aí. «Estive no grupo que defendia o regime. (...) O desfecho foi o seguinte: todos aqueles que estiveram parte do governo foram presos, e passaram uns meses... portanto... na cadeia.» A mulher foi à Guiné buscar os filhos, «no âmbito da política do governo português na altura, em termos de... recepção de pessoas, de refugiados». Depois de sete meses de prisão, foi libertado e começou a trabalhar numa empresa de informática, como director de manutenção, onde ficou dois anos, até que, devido às consequências da guerra, a empresa teve dificuldades e acabou por fechar. «Em termos de financiamentos, créditos, pronto, já não havia na altura. A empresa tentou. Tentou fazer tudo por tudo para, para se salvar. Fazendo vários contactos, incluindo com Lisboa, empresários aqui, mas realmente não conseguimos.» Com este trabalho, as suas condições económicas até tinham melhorado; porém, o fim da empresa deixou-o com poucas alternativas. «Portanto era complicado na altura e foi nesse âmbito que a minha esposa fez papelada aqui, no âmbito do agrupamento familiar, para a minha vinda. E foi assim. (...) [O processo de reagrupamento] foi rápido... felizmente porque foi com o apoio... do

médico dela. (...) A intenção nunca era de eu vir cá. Se as coisas fossem lá, tudo bem lá na Guiné. A intenção não era eu vir cá. Eu vim cá precisamente porque ela está sozinha. Ela... na Guiné não conseguia dar apoio financeiro necessário, portanto foi difícil para ela, pronto. Por isso decidimos que era melhor ficarmos juntos, batalharmos juntos. Depois há dificuldades mas pronto, estando juntos...»

Quando Cissé veio para a Portugal, em 2002, a mulher vivia há seis anos numa casa alugada em Odívetas. Quando ela chegou, não tinha familiares ou conhecidos à espera. «Não, ela praticamente estava sozinha. Estava sozinha. (...) Trabalhou, tinha que trabalhar mesmo. (...) Então? Que é que se faz aqui em Portugal, para as senhoras imigrantes? É trabalhar nas limpezas. Ela praticamente trabalhava nas limpezas.» Mais tarde tirou um curso de ajudante familiar e trabalhou nessas funções até 2007, quando «os problemas de saúde se agravaram. E actualmente ela é pensionista por invalidez». Até à vinda de Cissé, e ao seu primeiro emprego em Portugal, a mulher sustentou sozinha os filhos – o mais velho já tinha saído de casa em 2001 e frequentava o ensino superior – e viviam numa casa, parte de uma antiga quinta, onde ficaram até 2005, ano em que mudaram para a casa actual. «A casa não tinha condições. Estava cheia de humidade no Inverno. Tendo em conta a saúde da minha própria esposa, já não dava. Já não dava para ficar lá.»

Desde que chegou até encontrar o primeiro emprego passaram 11 meses. «Era, era difícil porque não tinha residência... quando cheguei. E sem residência, sem visto de trabalho, era difícil naturalmente. Só consegui o meu primeiro e único emprego aqui em Portugal... seis meses depois, depois de ter residência. (...) Tinha ambição, se calhar tinha ambição de fazer

coisas que era impossível. Não tinha conhecido ainda a realidade de, de Portugal, em relação ao emprego, e tentei procurar empregos que... o que eu gostava de fazer e pronto. Eu trabalhei a maior parte da minha vida na área da administração, ensino. Eu gosto de ensinar.» As expectativas relativamente ao que podia encontrar foram baixando e acabou por ir trabalhar como servente da construção civil. Foi um conhecido da Guiné que entretanto tinha vindo para Portugal que estabeleceu o contacto para ele arranjar esse emprego. «Eu nunca trabalhei na construção civil. Foi o que apareceu, pronto. (...) Não foi fácil. Não foi fácil. Não foi fácil nem gostei. É muito aborrecido, para ser franco.»

As condições da família melhoraram um pouco a partir dessa época. A sua situação laboral ficou mais estável, passou a efectivo e três anos mais tarde já era fiel de armazém, na mesma empresa, algo mais próximo das suas competências e capacidades. «A empresa estava a precisar de alguém na altura porque ele estava lá com um fiel que estava doente, que estava de baixa. Portanto estava a precisar de alguém para organizar o armazém que estava completamente desorganizado. E numa reunião o gerente pôs a questão, se havia alguém na empresa, que podia assumir, portanto... a proposta recaiu em mim a partir dos colegas de trabalho.» Pouco tempo depois dessa mudança, as coisas pioraram. A empresa entrou em dificuldades, deixou de pagar os salários com regularidade, só ia pagando às parcelas, e Cissé decidiu, em 2008, rescindir o contrato. Ficou a receber subsídio de desemprego, que terminaria poucos meses depois da entrevista. Quando deixou de trabalhar, fez um curso de informática através do K'CIDADE e um curso RVCC de equivalência ao 9.º ano, embora na Guiné-Bissau lhe fosse reconhecido o 11.º ano.

O balanço que faz da vinda para Portugal é negativo, sobretudo porque foi uma migração forçada: «Francamente piorou. Eu nunca teria emigrado se não fosse as circunstâncias. Nunca pensei de emigrar.»

MARTA

Nasceu em Cabo Verde, tem 59 anos, é casada e tem nacionalidade portuguesa. É a mais nova de cinco irmãos. Os pais eram assalariados agrícolas e viviam mal, e a situação agravou-se quando o pai morreu, tinha Marta dois anos. A morte da mãe aos 9 anos deixou-a ao cuidado da irmã do meio e do cunhado, que acompanhou quando foram viver para Angola, onde as coisas não lhe correram bem, a vários níveis. Regressou a Cabo Verde em 1975, e cerca de um ano depois veio para Portugal. Vive com poucos rendimentos, provenientes de apoios sociais e da reforma do marido, mas conseguiu uma segurança que antes não tinha. Apesar de não trabalhar, tem uma vida atarefada, sobretudo devido às responsabilidades para com os netos que estão a seu cargo.

Marta vive com o marido, reformado de 69 anos, num apartamento na Alta de Lisboa, onde foram realojados. O casal partilha o apartamento com a filha mais nova e o filho desta, e com outros dois netos, órfãos do filho mais velho e da respectiva mulher. Os netos estão todos em idade escolar. Marta não trabalha fora de casa, encarregando-se de todas as lides domésticas e da educação dos netos.

Os rendimentos são baixos: «Tenho a reforma do meu marido, a [filha] que está em casa, e trabalha, ajuda também. (...) E tenho os abonos dos miúdos, é 42 euros cada um. Eu tenho cento e tal de rendimento social de inserção, exactamente, 170 euros mais ou menos, incluindo os medicamentos que me davam e que agora acrescentaram e depois tenho, ela tem

72 euros de sobrevivência do pai. (...) Temos também ajuda do banco alimentar.»

Teve cinco filhos, quatro nascidos em Angola e a mais nova em Portugal. Os rapazes completaram o 6.º ano e as duas raparigas o 12.º ano. A filha de 36 anos e o filho de 34 anos vivem na Irlanda com os respectivos companheiros e filhos, para onde emigraram depois de anos de dificuldades em Portugal. Não sabe que empregos têm lá, mas pagaram-lhe um bilhete para ir passar o próximo Natal com eles. O filho mais velho morreu em 2005. O segundo, de 38 anos, é ladrilhador e vive em Évora. A mais nova, com 22 anos, vive com ela e trabalha numa loja de roupa num centro comercial.

Marta nunca trabalhou fora de casa porque o marido nunca deixou, excepto num período de dois anos, já há bastante tempo, quando passaram por maiores dificuldades financeiras. As suas relações sociais resumem-se ao círculo familiar, um círculo alargado, que inclui compadres e afins. Apesar de se dar bem com quase toda a gente, não frequenta a casa dos vizinhos. Hoje está menos isolada, porque encontrou na igreja um lugar onde pode conviver com outras pessoas para lá do contexto familiar. Tornou-se catequista há quase dez anos, o que, segundo ela, a ajudou a superar problemas emocionais que a levaram a internamentos hospitalares na altura em que a família foi despejada da barraca onde vivia e Marta estava em grande stress emocional. Na igreja presta também serviços de solidariedade como voluntária.

A vida em Portugal, sobretudo nos anos mais recentes, é, apesar das dificuldades económicas, melhor do que a que teve desde pequena. Os pais eram assalariados agrícolas e viviam em condições de extrema pobreza. O pai morreu quando Marta tinha dois anos e a mãe, sete anos mais tarde. Quando a mãe morreu, Marta ficou

ao cuidado de uma irmã, que a pôs a servir como empregada doméstica. Trabalhou em três casas diferentes. Apesar disso, conseguiu concluir a 4.^a classe, após o que acompanhou essa irmã e o cunhado, que foram viver para Angola e a quem as autoridades coloniais angolanas, no quadro de uma política de povoamento, disponibilizaram casa, terrenos e gado na zona do Huambo. Essa mudança, apesar de lhe ter proporcionado melhores condições materiais, não lhe trouxe uma vida mais tranquila e feliz. Sofreu abusos do cunhado, que mais tarde veio a ser denunciado e preso, e teve de fugir para casa da irmã mais velha, que entretanto também tinha ido para Angola, para uma zona perto deles. Essa irmã e o companheiro acabaram por se mudar para outra região e, não podendo levar Marta com eles, deixaram-na à responsabilidade de um casal de vizinhos, também cabo-verdianos, que a puderam a servir em casa de uma família.

Quando Marta tinha 13 anos, essa família mudou-se para Benguela e levou-a, mas lá passou a ficar ao cuidado de um outro casal: «Que me trataram muito bem, que me recolheram, que me deram todo o apoio, todo o carinho que eu precisava.» Em Benguela, algum tempo mais tarde, encontrou um rapaz que já conhecia do Huambo, o futuro e actual marido, que insistiu para que fugisse de casa e fosse viver com ele, o que acabou por acontecer. Aos 15 anos, em 1966, ficou grávida do primeiro filho. «Começámos a fazer a vida. (...) Embora passei muito mal porque ele era um homem muito da rua, pronto andava muito na rua... fui-me contentando com a vida que... que tinha.» Tinham muitas dificuldades económicas, porque só ele trabalhava, e como pedreiro ganhava pouco, e não deixava que ela trabalhasse. Viveram em várias povoações de Angola, onde ele ia arrançando trabalho, e teve

mais três filhos, em 1971, 1973 e 1975. Estavam na zona do Huambo quando, nesse mesmo ano de 1975, devido à guerra civil que deflagrara em Angola, toda a família, incluindo as irmãs de Marta, decidiu ir para Cabo Verde.

Em Cabo Verde voltaram a passar privações e contaram com ajuda do irmão de Marta, que era polícia. Este preocupava-se com a situação da irmã e foi ele que pressionou o marido de Marta a emigrar para Portugal, de modo a sustentar a família. «Quando ele veio para vir trabalhar, ele juntava-se com os amigos, não mandava dinheiro e nós ficámos sempre na Ilha Brava. O meu irmão resolveu nos buscar da Ilha Brava e pôs-me em casa dele na Ilha do Fogo, eu e os quatro filhos. ‘Tivemos lá nove meses. (...) Já era outra vivência, ele ganhava bem. Não ganhava muito, mas dava para sustentar.»

Marta veio para Portugal em 1976 com os quatro filhos. O seu marido queria que ela trouxesse apenas dois e foram os irmãos dela, o que estava em Cabo Verde e um que morava em Portugal, que organizaram a sua vinda, arranjararam os documentos e pagaram os bilhetes dos cinco. Ficaram a viver com esse irmão e a respectiva família numa barraca em Algés, mas Marta deu-se mal com ele. «Bebia, ia fazer escândalo na rua e as pessoas ameaçavam (...). E então eu disse ao meu marido que não queria estar ali. (...) Ele trabalhava junto com os colegas que descobriram e lhe disseram que aqui na Quinta Grande faziam barracas. Que havia espaço para fazer barracas. Nós não tínhamos dinheiro...»

Nessa época de transição ainda ficaram uns tempos em casa do casal que a tinha acolhido em Angola aos 13 anos e que também tinha vindo para Portugal, sendo agora seus compadres. «Foram uns cinco meses, enquanto tive de levantar a barraca. Porque a barraca era levantada de sábado

para domingo. Segunda-feira tínhamos que estar dentro da barraca. Então esse senhor da mobília que vendeu a cama ao meu marido, tinha esta casa, era muito amigo dele. Ele emprestou dinheiro para comprar materiais. (...) Ele arranjou amigos e levantou-se a barraca. Rapidamente, de sábado para domingo. Sem tectos, portanto era só estender as chapas, chapas de zinco.» Nessa altura, porque tinham muito pouco dinheiro, e as condições em que viviam eram péssimas, tiveram ajuda da Cáritas. «Tínhamos uma cama e dormíamos quase todos em cima da mesma cama. (...) Não tínhamos porta, não tínhamos janela... era tudo tapado com zinco. Tínhamos frio. Pronto, comíamos... nessa altura eu ia fazer a comida em casa dos vizinhos.»

Ao longo do tempo que aí viveram foram melhorando as condições da casa, com algumas ajudas que iam recebendo e com materiais de construção que o marido trazia do trabalho. Entretanto, a câmara multou-os pela construção ilegal e, além da multa, que liquidaram a prestações, passaram a pagar uma renda mensal pelo terreno. Só o facto de terem crianças impediu a demolição da barraca logo nessa altura.

O marido trabalhava sem grande regularidade, sem patrão certo, e ficava sem receber por longos períodos. «Depois é que ele começou a trabalhar a sério. Não me lembro quando foi, começou a trabalhar com contrato.» Quando saíram de Angola para Cabo Verde perderam a nacionalidade portuguesa e o marido perdeu o direito aos descontos que tinha feito para o Estado português. Marta apercebeu-se disso quando o filho mais velho entrou no 5.^o ano e teve de tirar um novo bilhete de identidade. No meio de algumas dificuldades burocráticas, acabaram por conseguir ficar todos com nacionalidade portuguesa.

Diz que a vinda para Portugal foi o melhor que lhe podia ter acontecido, a si e à família, apesar de viverem tão humildemente. Diz ainda que, embora dependa de subsídios e ajudas sociais, é feliz, pois os seus filhos, quando comparados com os dos outros, nunca lhe deram problemas. O apartamento onde passou a morar depois do realojamento dá-lhe grande satisfação. Recorda-se que até resistiu a ser realojada, mas a resistência desapareceu totalmente assim que viu uma casa com condições que nunca tinha tido na sua vida.

SANDRA

Nasceu em Santo Antão, Cabo Verde, tem 49 anos e nacionalidade cabo-verdiana. Não chegou a frequentar a escola. A mãe era costureira e o pai, diz, era professor do ensino primário, mas Sandra não se lembra bem. É a quinta de sete irmãos. A morte dos pais, quando ainda era jovem, levou a que os irmãos partissem todos, para vários países diferentes. Sandra foi para Itália trabalhar como empregada interna e, ao fim de 18 anos, veio para Portugal. A saúde precária, que se tem agravado, impede-a de trabalhar e tem vivido de apoios sociais e da ajuda da irmã, residente na Bélgica. Não tem filhos e, se não fossem as instituições presentes no bairro onde mora, na zona da Alta de Lisboa, estaria socialmente ainda mais isolada.

Sandra vive com o irmão de 40 anos, num T2, no bairro da Cruz Vermelha. Ele trabalha no controlo de passageiros no aeroporto de Lisboa e frequenta uma licenciatura em Psicologia. A renda da casa, de habitação social, é paga por uma irmã que há quatro anos emigrou para a Bélgica, porque na altura estava desempregada e tinha um filho pequeno ao seu cuidado. A subsistência de Sandra está completamente dependente da ajuda da irmã e dos 180 euros de apoio social, possivelmente

RSI (ela não tem a certeza), que passou a receber através da ajuda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Está desempregada desde 2007 e não consegue encontrar trabalho, porque os seus problemas de saúde não lhe permitem fazer esforços físicos. Por ser analfabeta, outros tipos de emprego estão totalmente fora do seu alcance. Entretanto, por recomendação de uma amiga, começou a fazer um curso de alfabetização através do K'CIDADE. «(...) 'tava num momento difícil, que eu tive um bocado em depressão, a minha amiga, eu disse assim 'olha tu conheces alguma escola' porque eu sempre tive ideia com isso, e ela disse, 'olha vou-te levar num sítio que eu também já vou para lá e se gostares vais inscrever-te'». Em Portugal trabalhou uma única vez, como empregada interna, em casa de uma senhora idosa, durante dois anos. Ganhava cerca de 500 euros e não tinha contrato de trabalho, porque inicialmente era para ficar durante pouco tempo.

Viveu em Santo Antão até perto dos 6 anos e depois em São Vicente, onde os pais construíram uma casa. Não frequentou a escola. «Só que uma coisa que eu tenho, que sou muito triste, que os meus pais não, não havia, não havia possibilidade de eu estudar. (...) Antigamente eu não podia ir para a escola. Foram para a escola os meus irmãos depois... coiso, o meu irmão mais pequenino, depois nós tivemos que pô-lo para a escola, essas coisas. Não nós, nós mais velhos, nós não fomos para a escola, porque eu, as minhas irmãs aprenderam então depois.» As diferenças de escolarização entre irmãos e irmãs são marcantes. Se Sandra não estudou, os irmãos rapazes fizeram-no. Além do que está a frequentar Psicologia, com quem Sandra vive, há outro irmão, de 45 anos, que é arquitecto. A irmã que vive na Suécia é a única que, pensa Sandra, poderá ter estudado no 1.º ciclo, já depois de ter

emigrado. Com o irmão mais velho, de um casamento anterior do pai, tem pouco contacto. Sandra lembra-se mal da infância e da adolescência, sobretudo quando se trata de datas ou idades. Os pais morreram quando ela era ainda jovem: «Meus irmãos teve que emigrar quase todos, ir trabalhar». Sandra ficou a viver com uma avó e aos 18 anos achou que devia ajudar o resto da família, em especial a irmã que vivia em Portugal e que tinha o irmão mais novo a seu cargo. Uma tia que trabalhava em Roma ajudou-a a emigrar para Itália, fazendo o contacto com aqueles que viriam a ser os seus patrões, um casal idoso de Nápoles. Já tinha trabalho combinado antes de partir e foram eles que pagaram a viagem. «Que eu tinha lá uma tia e fizeram-me um contrato para ir lá trabalhar que, eu tenho um irmão pequenino. A minha irmã teve que ficar com ele, porque faleceram os meus pais.»

Começou a trabalhar no dia seguinte à chegada, como empregada interna. Os netos desse casal passavam lá o dia e Sandra dava-se bem com as crianças, mas ao princípio custou-lhe a ausência da avó e a dificuldade em adaptar-se à língua. «Hum, ai era, aquilo era difícil. Chorava tanto, e depois dizia 'tia, eu quero-me ir embora!', e ela dizia-me assim 'calma, não fique, não fique preocupada que tu vai ficar bem'. Os menino [netos dos patrões] ficavam ao pé de mim, diz que não chorava. É, eram os meus amigos todos.» As crianças ajudaram-na a aprender a língua, «ensinavam a dizer, a escrever, fazer uns desenhos nas coisas, andavam sempre atrás de mim».

Vinha regularmente passar férias com os irmãos em Portugal e chegou a ir um mês a Cabo Verde. Conseguia mandar algum dinheiro para os seus irmãos e por vezes para a avó. O último ordenado que lá ganhou, no final dos anos 1990, foi de cerca de mil euros. Sandra tem boas re-

cordações dos 18 anos que passou em Itália, dos patrões, que diz terem-na tratado muito bem, e das amigas italianas e cabo-verdianas. «Trabalhava, saía, trabalhava muito e tinha as amigas, as minhas amigas podia ir lá no meu emprego, ir ter comigo. (...) Eu ia com as minhas amigas, a gente ia às compras, fazer estas coisas assim. Ou se havia alguém doente uma amiga doente a gente ia vê-la. Estas coisas todas fazíamos, ao domingo juntávamos ia a missa estas coisas para fazer... ia ao cinema ia ver o teatro, estas coisas todas a gente ia ver.»

Os seus problemas de saúde apareceram ainda em Itália. Esteve de baixa e chegou a ser internada para uma intervenção cirúrgica. Quando os seus patrões morreram, Sandra ainda ficou a trabalhar para a filha deles, mas acabou por vir para Portugal, em 1999, viver com a irmã. «Porque eu lá não podia estar a trabalhar, não tinha escola também, porque se eu tinha escola eles me arranjavam trabalho que eu podia ficar, só que eu não tinha escola e depois aqueles senhores onde eu estava a trabalhar faleceram, porque se eles estavam vivos, eles já não me deixavam ir embora. (...) Para mim a minha irmã (...) é como se fosse minha mãe porque ela lutou por mim, qualquer problema que eu tenho, coiso com ela, com os outros já não tenho, mas com ela, eu tenho muito respeito por ela.»

Em Portugal, viveu quase sempre na dependência dos irmãos, tirando os dois anos em que trabalhou, também como empregada interna de uma idosa. Como fez descontos em Itália, poderá vir a receber uma pensão e está a tratar dos documentos necessários para o efeito. «Já pedi só que eu 'tou com um problema, que eu tenho que esperar que aquilo, aquilo lá... como se diz... lei lá é diferente como eu não tenho documentos de comunidade europeia, é um bocado complicado para mim, mas eu já tratei disso, é.»

Conhece poucas pessoas e a maior parte da família próxima está noutros países: Bélgica, Holanda, Suécia e Noruega. Apenas uma tia vive em Cabo Verde e, por esse motivo, prefere ficar em Portugal, onde, apesar de tudo, tem mais apoio. «Sim, sim quero ficar, eu gosto de estar aqui, as pessoas daqui me tratam bem, estou bem. Gosto de Cabo Verde mas eu quero viver aqui. Tem os meus irmãos também, minha irmã. Que eu lá em Cabo Verde vou, vou, tenho lá só a minha tia, não tenho lá mais ninguém.» O centro de dia que frequenta e o curso de alfabetização são muito importantes para ela enquanto espaço de sociabilidades e de ocupação do tempo. «Vou lá, estou lá com as pessoas, fazemos lá umas coisinhas, é, estamos lá acompanhados... fazemos as coisinhas lá (...) tenho, já fiz uns amigos lá no centro, amigas, sim, já.»

A pior altura que passou desde que emigrou foi, já em Portugal, o período em que ficou desempregada e em que a irmã já tinha partido para a Bélgica. Em 2009, passou oito meses com a irmã, porque os tratamentos que estava a fazer em Portugal não davam resultados. Contudo, uma vez que não era cidadã europeia, teve de voltar. Desde 2008 tem estado a tratar dos documentos para pedir a nacionalidade portuguesa. Gosta do sítio onde mora, mas tem pouco contacto com os vizinhos e acha que o bairro é um pouco inseguro. «(...) É assim, 'bom dia boa tarde', eu respeito tudo, eles nunca me fizeram nada mas não... eu gostava de lá do, de ser mais seguro, mas às vezes vejo certas coisas que não, não gostava de ver. (...) Gostava de ter mais segurança, era isso que eu queria.» Pretende continuar com a alfabetização e tem esperança de ainda encontrar um trabalho que possa fazer. «(...) na escola vou continuar sempre, nem que eu encontrar um trabalho vou continuar. Vou sempre nem que eu estude de noite, sim.»

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÄCKSTRÖM, Bárbara (2009), *Saúde e Imigrantes: As Representações e as Práticas sobre a Saúde e a Doença na Comunidade Cabo-verdiana em Lisboa*, Lisboa, ACIDI.
http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_24.pdf
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Oeiras, Celta.
- CARMO, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais.
- COSTA, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.) (2007), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, volume II)*, Lisboa, Celta.
- FERREIRA, Virgínia (org.) (2010), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- GIDDENS, Anthony (2000), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta.
- HORTA, Ana Paula Beja (coord.) (2010), *Migrações*, 6 (número temático sobre associativismo imigrante).
<http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=110>
- LAHIRE, Bernard (2003), *O Homem Plural*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MACHADO, Fernando Luís (2006), «Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos», em Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, Porto, Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2007), «Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal», em António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 169-197.
- MACHADO, Fernando Luís (2009), «Quarenta anos de imigração africana: um balanço», *Ler História*, 56, pp. 135-165.
- MACHADO, Fernando Luís e Cristina Roldão (2010), *Imigrantes Idosos. Uma Nova Face da Imigração em Portugal*, Lisboa, ACIDI.
http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_39_Final.pdf
- MALHEIROS, Jorge, Beatriz Padilla, e Frederica Rodrigues (2010), *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- MARQUES, João Filipe (2007), *Do «Não Racismo» Português aos Dois Racismos dos Portugueses*, Lisboa, ACIDI.
http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/12_JFM.pdf
- OLIVEIRA, Ana, e GALEGO, Carla (2005), *Mediação Sócio-Cultural. Um Puzzle em Construção*, Lisboa, ACIDI.
<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo%2014.pdf>
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, ACIDI.
http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estrategias_Empresariais.pdf
- OLIVEIRA, Catarina Reis, e Cláudia Pires (2010), *Imigração e Sinistralidade Laboral*, Lisboa, ACIDI.
http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_41.pdf
- OLIVEIRA, Luísa, e Helena Carvalho (2010), *Regulação e Mercado de Trabalho. Portugal e a Europa*, Lisboa, Sílabo.
- PAIS, José Machado (2001), «Para uma sociologia da pós-linearidade», em *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar, pp. 85-105.
- PEIXOTO, João (coord.) (2008), *Migrações*, 2 (número temático sobre imigração e mercado de trabalho).
<http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=83>
- PORTES, Alejandro (1999), «Filhos de imigrantes. A assimilação segmentada e os seus determinantes», em *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta, pp. 97-125.

VIDAS PLURAIS

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso pela
Offsetmais, Artes Gráficas SA,
sobre papel Coral Book de
90 g, numa tiragem de
1000 exemplares,
em Dezembro
de 2011.